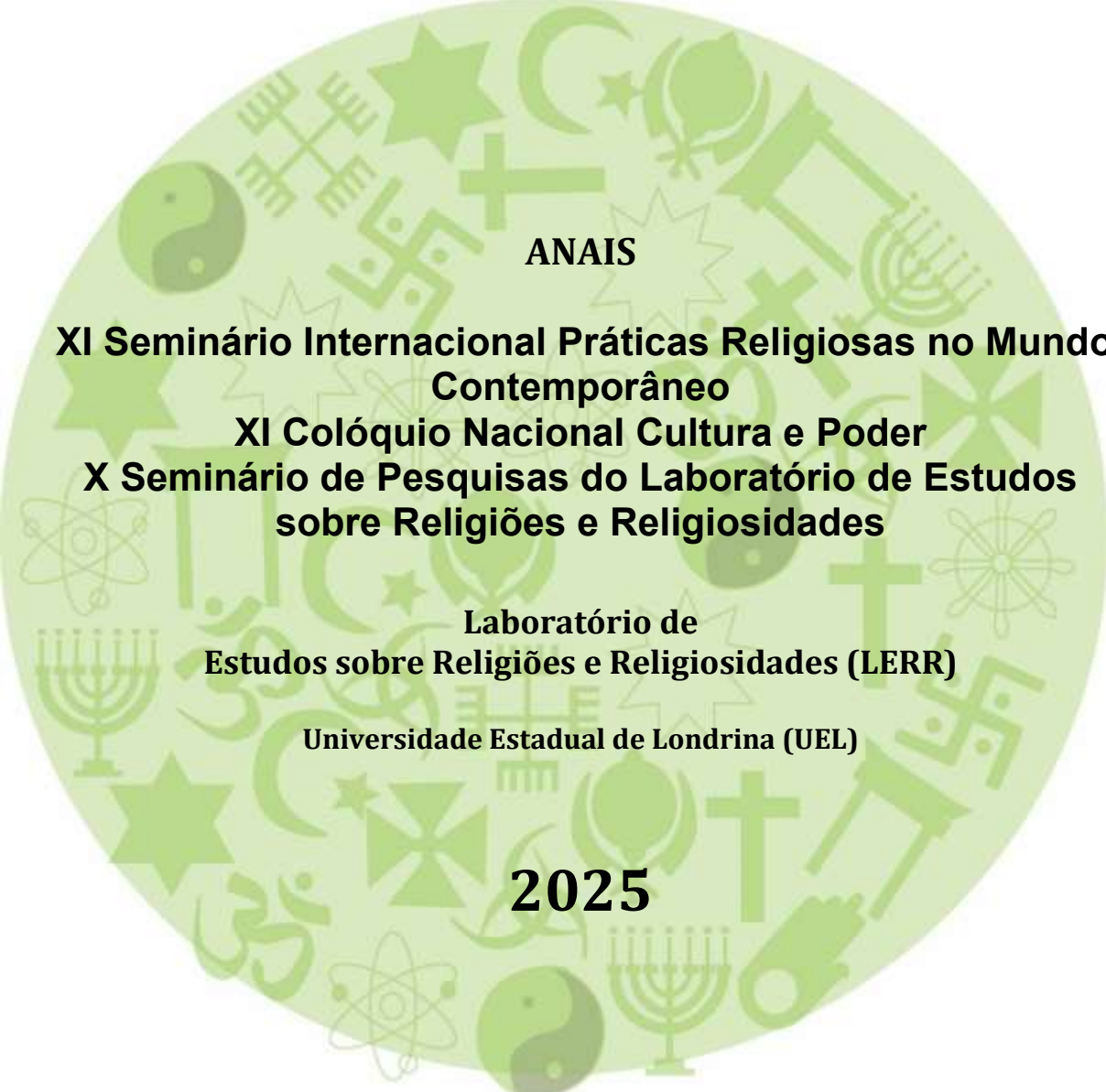




ANAIS

**XI Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo
Contemporâneo**

XI Colóquio Nacional Cultura e Poder

**X Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos
sobre Religiões e Religiosidades**

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2025

GT 9 – (Políticas Públicas, Gênero e Religiões)

QUANDO O SAGRADO SUBORDINA: A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO NAS TRADIÇÕES RELIGIOSAS

Mariane Yumi Hamamoto (UEL-IC)¹
Claudia Neves da Silva (UEL-PQ)²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a influência da religião cristã na manutenção da subordinação feminina nas relações sociais contemporâneas. Partindo da compreensão de que, em uma sociedade historicamente patriarcal, os valores religiosos continuam a reforçar papéis de gênero assimétricos, mesmo diante dos avanços nas lutas por equidade. Para isso, realizou-se entrevistas com dez mulheres entre 20 e 67 anos, com diferentes vínculos religiosos, além de uma revisão de literatura sobre gênero e religião. As narrativas evidenciaram como valores tradicionalmente cristãos ainda operam como mecanismos de controle simbólico, moral e comportamental sobre os corpos e as vidas das mulheres, legitimando a desigualdade. No entanto, também foi identificado tensionamentos e reinterpretações por parte das próprias mulheres, que, sem abandonar sua fé, questionam os discursos opressores e buscam formas mais libertadoras de vivência espiritual. Conclui-se que a religião permanece como campo de disputa entre tradição e transformação.

Palavras-Chaves: Religião. Gênero. Cristianismo. Submissão feminina.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa tem como ponto de partida uma inquietação em torno da persistente influência da religião, especialmente a cristã, na manutenção de normas sociais que legitimam a submissão da mulher. Apesar das transformações socioculturais, particularmente no que diz respeito à consolidação de discursos igualitários no campo dos direitos humanos, observa-se a predominância de um pensamento conservador e opressor. Esse pensamento, sustentado por valores religiosos tradicionais, continua exercendo um papel significativo na reprodução de padrões de gênero, contribuindo para a naturalização da dominação masculina e da submissão feminina, mesmo após décadas de luta por equidade.

Diante desse cenário, o objetivo do artigo é entender e apresentar a influência da religião cristã nas relações sociais contemporâneas, observando como valores religiosos continuam sendo disseminados como normas sociais. Tais valores se manifestam, sobretudo, nas formas sutis e explícitas de subordinação das mulheres.

¹Estudante de graduação do 2º ano do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista de Iniciação Científica/CNPq do Projeto de Pesquisa “Gênero e Religião: uma relação conflituosa e desigual”. E-mail de contato: mariane.hamamoto@uel.br

²Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. Coordenadora do Projeto de Pesquisa “Gênero e Religião: uma relação conflituosa e desigual”. E-mail: claudianevevess@uel.br

Para a realização da pesquisa, foi realizado o levantamento e leitura de textos sobre religião, gênero e valores religiosos. Também foram realizadas entrevistas com dez mulheres com idades entre 20 e 67 anos, no município de Araçatuba, ao longo de 61 dias (de 14 de novembro de 2024 a 13 de janeiro de 2025), com o intuito de colher percepções e experiências dessas mulheres em relação à influência da religião em suas vidas pessoais e sociais.

As entrevistadas foram selecionadas com base em critérios de diversidade geracional, de vínculos com diferentes religiões ou ausência delas, e de inserção social, visando contemplar múltiplos pontos de vista. As perguntas abordaram aspectos como frequência religiosa, valores morais, papéis de gênero, relações familiares e a conciliação entre doutrinas religiosas e a vida cotidiana. Esse processo buscou garantir que as respostas fossem espontâneas e contextualizadas, respeitando as especificidades de cada trajetória de vida.

Ao ouvir as histórias e opiniões dessas mulheres, foi possível perceber como a religião ainda exerce um papel importante na vida de muitas delas, seja como um guia, uma forma de acolhimento ou até como um limite imposto. Ao mesmo tempo, também surgiram falas que mostram mudanças e questionamentos sobre os ensinamentos tradicionais, especialmente quando se trata do papel da mulher na sociedade. Essas entrevistas mostraram que, mesmo com diferentes vivências, muitas compartilharam uma notável influência da religião em suas vidas.

SER MULHER, SER HOMEM: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO

O termo “gênero” tem gerado intensos debates na atualidade, sendo frequentemente motivo de disputas ideológicas, especialmente no campo da educação, da política e dos direitos humanos. Trata-se de uma categoria analítica fundamental para compreender as dinâmicas sociais contemporâneas, pois permite questionar estruturas históricas de poder, desigualdade e dominação que afetam a vida cotidiana de homens e mulheres (WOODHEAD, 2013). Ao contrário do sexo biológico, que diz respeito às características anatômicas e fisiológicas, o gênero é uma construção social, ou seja, um conjunto de significados atribuídos ao fato de ser homem ou mulher, conforme os valores culturais e sociais de cada época.

Neste artigo, será focalizada a construção social das identidades de feminino e masculino, compreendendo-as como categorias moldadas por processos históricos, culturais, e principalmente, institucionais, sem, no entanto, desconsiderar a dimensão biológica. O gênero, nesse sentido, funciona como um sistema de organização das relações sociais, delimitando

funções, comportamentos e expectativas sobre os corpos, com base em normas que são continuamente reproduzidas por meio da família, da escola, dos meios de comunicação e, sobretudo, pelas instituições religiosas.

A figura feminina tem sido tradicionalmente associada à sensibilidade, à fragilidade, e à passividade, o que contribui para uma imagem de inferioridade que se enraizou ao longo da história. A estrutura física da mulher foi construída como o “outro” do homem, ou seja, o que é diferente, incompleto e inferior, e, com isso, passou a ocupar um lugar secundário na estrutura social. Essa ideia foi reforçada por discursos científicos, filosóficos e religiosos que justificaram, ao longo dos séculos, a exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão (ALOISIO, 2013).

A consolidação da ideia de inferioridade da mulher foi amplamente sustentada e legitimada por pensadores filosóficos ao longo da história. Dentre eles, destaca-se Rousseau, ao moldar os papéis de gênero em sua obra, escreveu: “Sofia deve ser mulher, como Emílio é homem” (ROUSSEAU, 1999, p. 515), “É preciso necessariamente que um queira e possa; basta que o outro resista pouco” (ROUSSEAU, 1999, p. 516), e ainda, “A rispidez dos deveres relativos a ambos os sexos não é nem pode ser a mesma” (ROUSSEAU, 1999, p. 521). Essas afirmações reforçam a ideia do homem como ativo e forte, e da mulher como passiva e fraca, estabelecendo uma assimetria entre os gêneros que ainda reverbera na atualidade.

A partir dessa breve exposição das raízes filosóficas da inferiorização da mulher, é fundamental destacar o papel central da Igreja na difusão e manutenção desse pensamento misógino e patriarcal. A instituição religiosa historicamente reforçou a divisão entre os espaços do público e do privado, atribuindo ao homem o governo da sociedade, a política e o poder, enquanto à mulher caberia a reprodução, a domesticidade e o silêncio. Tal separação, muitas vezes naturalizada pelos discursos religiosos, impôs um padrão rígido de gênero, que exclui a mulher de múltiplas esferas da vida pública e que contribuem significativamente para manter a mulher em posição de subordinação (ROSADO-NUNES, 2017).

Desde a exegese bíblica que culpabiliza Eva pela queda do homem, até as normas morais que definem a “boa mulher” como recatada, obediente e dedicada ao lar, há um conjunto de práticas simbólicas que reforçam a desigualdade de gênero e legitimam relações assimétricas entre homens e mulheres (SIRELLI *et al.*, 2017).

Diante disso, torna-se plausível considerar a religião como “um veículo eficaz para a naturalização e legitimação da violência de gênero” (SOUZA, 2001, p. 2). Essa violência não se manifesta apenas de forma física ou explícita, mas também por meio de silenciamentos,

exclusões e restrições que limitam a autonomia feminina. Assim, todas essas evidências demonstram como as concepções sobre o que é ser mulher e o que é ser homem foram moldadas por visões machistas, construídas com o objetivo de manter os homens em posições de poder, seja ele religioso, político, intelectual ou econômico, em detrimento das mulheres.

RELIGIÃO E SUAS MÚLTIPLAS FACES

Refletir sobre religião implica compreender sua complexidade enquanto fenômeno social, cultural e simbólico, construído historicamente e em constante transformação. As concepções religiosas estão longe de serem estáticas, elas são moldadas pelas condições sociais de cada época, adaptadas às novas formas de organização da vida coletiva. Nesse contexto, a religião exerce múltiplas funções na sociedade, desde a explicação do mundo até a regulação dos comportamentos individuais e coletivos. Entre as funções mais antigas, atribuídas à religião, destaca-se sua capacidade explicativa, ou seja, o papel de oferecer respostas sobre a origem do mundo e do destino humano, a qual permanece presente até a contemporaneidade, mesmo sendo marcada pela ciência e pela racionalidade (BERTERO, 2007).

Além de seu papel explicativo, a religião também atua como suporte emocional, ajudando e oferecendo conforto ao indivíduo diante das incertezas da vida, do sofrimento e do luto (BERTERO, 2007). Essa função consoladora revela uma necessidade humana profunda de crença em algo que transcende a realidade imediata, visto que o ser humano revela uma necessidade contínua de acreditar em algo sobrenatural, buscando no sagrado um refúgio, uma forma de orientação e alívio para suas angústias cotidianas.

Todavia, é fundamental compreender que a religião não se restringe ao plano espiritual ou metafísico. Ela também constitui uma forma de organização simbólica do espaço social, regulando as relações interpessoais, os papéis sociais e os códigos de conduta, influenciando diretamente grupos sociais, tanto na questão de pertencimento quanto na de exclusão (CARVALHO, 2022). Trata-se, portanto, de um sistema normativo e estruturante que incide sobre o comportamento dos sujeitos, legitimando práticas, valores e formas específicas de ordenamento da vida em sociedade.

Nesse sentido, uma das funções centrais da religião é a promoção da coesão social. Ao compartilhar símbolos, rituais, crenças e narrativas comuns, os indivíduos sentem-se pertencentes a uma mesma comunidade de fé, o que fortalece os laços sociais e a solidariedade entre os membros do grupo, reforçando os valores compartilhados por um grupo,

desempenhando assim, uma força coercitiva que é exercida sobre indivíduos, influenciando seus comportamentos e ações, sendo portanto, uma forma simbólica de reafirmação da coletividade (SAAR, 2024). Contudo, essa coesão também pode operar de maneira excludente, na medida em que estabelece fronteiras entre o “dentro” e o “fora”, o “sagrado” e o “profano”, reafirmando estigmas e desigualdades sociais, inclusive de gênero.

A partir dessa perspectiva, é possível identificar a religião como um instrumento eficaz não apenas de integração social, mas também de legitimação das hierarquias sociais, especialmente no que se refere às desigualdades entre homens e mulheres. Nesse ponto, destaca-se a noção de “religião consolidante” (WOODHEAD, 2013, p. 80), que designa a função da religião enquanto reprodutora e mantenedora de estruturas tradicionais de poder. Tal função manifesta-se na imposição de valores morais e na naturalização das diferenças de gênero, moldando relações sociais assimétricas que atribuem à mulher um lugar subalterno (WOODHEAD, 2013).

PAG

A RELIGIÃO COMO ESTRUTURA DE PODER SOBRE OS CORPOS FEMININOS

As definições de feminino e masculino, consagradas pelos discursos religiosos, são frequentemente alicerçadas em uma lógica binária e hierárquica, na qual o homem ocupa a posição de liderança, autoridade e racionalidade, enquanto a mulher é associada à fragilidade, à afetividade e à esfera doméstica (SIRELLI *et al.*, 2017). Tais definições não apenas sustentam a subordinação da mulher, como também dificultam o reconhecimento de sua autonomia e pluralidade.

A mulher, nesses contextos, é comumente identificada como “guardiã da memória do grupo religioso” (ROSADO-NUNES, 2005, p.363), responsável por transmitir os valores da fé no espaço privado, sobretudo no ambiente familiar. Em contrapartida, o homem é aquele a quem compete a liderança religiosa e a formulação das doutrinas e normas. Essa assimetria se expressa também nas narrativas bíblicas, como em Provérbios 14.1 “Toda mulher sábia edifica a sua casa; mas a tola a derruba com as próprias mãos” ou em Provérbios 31:30-31 “...mas a mulher que teme ao Senhor, essa sim será louvada. Dai-lhe do fruto das suas mãos, e deixe o seu próprio trabalho louvá-lo nas portas”. Essas passagens, comumente interpretadas de maneira literal por diversas tradições cristãs, acabam por enfatizar uma visão idealizada e sacralizada da domesticidade feminina (SIRELLI *et al.*, 2017).

Essas representações foram observadas nas entrevistas realizadas com mulheres da cidade de Araçatuba, que ao relatarem suas experiências em ambientes religiosos, evidenciaram a reprodução de discursos que associavam a mulher ao cuidado do lar, à maternidade e à submissão ao esposo. Algumas falas revelam expressões como “Na igreja o papel da mulher é ser mãe e educadora dos filhos além de ser construtora da Casa de Deus” ou “Que a mulher saiba edificar o lar” ou “A mulher juntamente com o homem conduz a família para viverem nos ensinamentos de Deus”, as quais reproduzem, ainda que de forma velada, um modelo patriarcal de organização familiar e religiosa.

Cabe ressaltar, ainda, que a influência da religião sobre a sociedade é profunda, historicamente, ela tem um importante desempenho na configuração de estruturas sociais e na organização da vida coletiva, funcionando como uma das principais instâncias de produção e legitimação de normas e valores. A difusão dos valores tradicionais pelas instituições religiosas, consolidou um comportamento moral pautado por preceitos doutrinários como o amor ao próximo, a fraternidade e o respeito (MOTA *et al.*, 2009).

No entanto, nem sempre esses valores são aplicados de maneira equitativa. Muitas vezes servem de justificativa para a manutenção de normas morais rígidas que incidem especialmente sobre a vida das mulheres, regulando sua sexualidade, sua liberdade de expressão e suas escolhas pessoais, em nome de um ideal de pureza, sacrifício e obediência, como é manifestado na fala de uma mulher de 50 anos: “O que ouvimos na igreja acaba interferindo em nossa vida. Quando me divorciei, mesmo já afastada da igreja, eu pensava ‘a mulher sábia edifica o lar, a tola o destrói’. Isso teve um peso enorme pra mim e, muitas vezes, me achei ‘tola’”, ou até “Acredito que muitas mulheres vivenciam situações de violência em seus relacionamentos para não saírem daquilo que aprendem na igreja, como por exemplo, casamento é para sempre”.

Outro ponto relevante refere-se ao protagonismo masculino na elaboração das doutrinas religiosas. Historicamente, os dogmas, os rituais, as regras e as interpretações sagradas foram e ainda são definidas majoritariamente por homens, o que explica, em parte, a persistência de discursos que subordinam a mulher e limitam sua atuação nas instâncias decisórias das instituições religiosas (ROSADO-NUNES, 2005). A autoridade masculina, nesse contexto, não apenas define os papéis de gênero, mas também impõe uma leitura da fé que naturaliza a desigualdade e reforça a lógica patriarcal, que estrutura a maior parte das religiões, como é apontado por uma estudante de 23 anos: “Acredito que falava da importância da mulher para o homem e nunca a importância da mulher por si só”.

Com base nesse panorama, é possível afirmar que os valores religiosos têm desempenhado um papel significativo na consolidação de uma concepção desigual de gênero. A partir de heranças misóginas incorporadas ao discurso sagrado, a religião tem legitimado a exclusão das mulheres de espaços de poder e sua sujeição tanto na esfera pública quanto na privada (SOUZA, 2001).

RESISTÊNCIAS E RECONFIGURAÇÕES NO CAMPO RELIGIOSO

PAG

Diante desse cenário apresentado, é perceptível que nos últimos anos vem ocorrendo um movimento de reinterpretações dentro das tradições religiosas. Parte das novas gerações de fiéis têm assumido posturas mais críticas diante das normas tradicionais, buscando conciliar fé e justiça social

Apesar das fortes raízes patriarcais presentes nas tradições religiosas, o surgimento de tensões internas e movimentos de reinterpretação dentro desses mesmos espaços é evidente. Esse processo, ainda que lento e muitas vezes silenciado, revela que os sentidos atribuídos à religião não são estáticos, mas sim fruto de disputas sociais, culturais e políticas que atravessam o tempo.

Algumas entrevistadas demonstraram uma percepção mais progressista e ativa em relação aos papéis femininos nas instituições religiosas. Uma delas, por exemplo, observou: “Alguns líderes religiosos falam que o papel da mulher na igreja e na sociedade é importante, e que as mulheres têm muito a dizer. Em ambos os espaços, as mulheres podem desempenhar papéis como: professora de escola bíblica, acolhimento, conselhos e proteção”. Essa fala reflete uma abertura gradual à participação feminina, ainda que limitada a funções tradicionalmente associadas ao cuidado e ao ensino, indicando mudanças sutis, mas significativas, nos limites impostos à atuação feminina.

Outra entrevistada, mais jovem, apontou que as mulheres vêm assumindo posições de liderança e visibilidade: “Mulheres têm ocupado posições de liderança e se tornando vozes poderosas no interior das religiões, ao mesmo tempo em que continuam a ser guardiãs das tradições espirituais dentro das famílias e das comunidades”. Tal percepção evidencia uma tentativa de conciliar fé com justiça social, abrindo espaço para a releitura de papéis tradicionais e para o reconhecimento da atuação feminina não apenas no âmbito privado, mas também nas estruturas institucionais da fé.

Essas mudanças, embora ainda sutis e restritas a determinadas denominações ou grupos religiosos, são impulsionadas pelo avanço dos estudos de gênero, pela influência dos movimentos feministas e pela ampliação do acesso à informação e à formação teológica por parte das mulheres. O campo religioso se torna, nesse contexto, um espaço de disputa de sentidos, onde a tradição e a mudança se confrontam de maneira constante (MOTA *et al.*, 2009). A religiosidade, portanto, não é uma instância neutra, mas sim permeada por relações de poder que estão sendo progressivamente tensionadas.

Diante do exposto, as análises correlacionadas com as entrevistas, permitem identificar tanto os mecanismos de manutenção da ordem patriarcal nas religiões, quanto os sinais de ruptura e transformação que vêm emergindo. São pequenas brechas que apontam para novas possibilidades de vivência da fé, mais igualitárias e libertadoras, que desafiam as leituras tradicionais e abrem caminho para um reposicionamento feminino dentro do espaço religioso.

PAG

CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste trabalho revelou que a religião, especialmente em suas vertentes cristãs, segue desempenhando um papel central na configuração das normas sociais, sobretudo no que diz respeito às concepções de gênero. Longe de ser apenas um refúgio espiritual, a fé se mostra como um sistema simbólico potente, que atua na manutenção e, em alguns casos, na contestação de estruturas hierárquicas marcadas pela desigualdade.

As entrevistas com mulheres de diferentes gerações e contextos religiosos evidenciaram o quanto os discursos religiosos ainda influenciam, de forma direta e indireta, as escolhas, os comportamentos e os afetos femininos. Ao mesmo tempo, as falas também apontaram para a existência de vozes dissonantes, que, ainda que em meio a contradições, vêm reivindicando novos sentidos para a vivência da fé. São mulheres que, sem abandonar suas crenças, questionam as imposições históricas, ocupam espaços de liderança e constroem formas mais livres de expressar sua espiritualidade.

Dessa forma, a religião se revela como um campo em disputa um lugar onde convivem tradição e transformação, opressão e resistência. Reconhecer essa complexidade é fundamental para compreender como os valores religiosos continuam a moldar o cotidiano social, mas também como podem ser ressignificados a partir das experiências concretas dos sujeitos que vivem, sentem e desafiam tais crenças.

Por fim, que este estudo contribua para ampliar e qualificar o debate acerca da presença da mulher no espaço religioso, reconhecendo-a não apenas como destinatária de normas e tradições, mas como protagonista na construção de novos sentidos para a fé. Afinal, rever as doutrinas à luz da justiça de gênero não significa negar o sagrado, mas sim reconstruí-lo em direção a uma espiritualidade mais humana, inclusiva e libertadora.

Contudo, é preciso reconhecer que tais avanços ainda coexistem com práticas conservadoras e excludentes, que seguem restringindo a autonomia e a atuação feminina nos espaços de fé. Muitas das entrevistadas relataram experiências marcadas por submissão, julgamento moral e silenciamentos, evidenciando que os discursos normativos continuam operando como mecanismos de controle social naturalizados pela religião.

Como expressou uma das participantes da pesquisa, de forma contundente: “Ainda se encontram mulheres submissas a líderes, maridos, que mesmo contra vontade se sentem obrigadas a obedecer à doutrina do homem.”

Essa fala, permeada de dor e lucidez, sintetiza a urgência de refletir criticamente sobre as estruturas religiosas e seus impactos na vida das mulheres, reafirmando a importância de uma teologia que promova equidade, dignidade e emancipação.

REFERÊNCIAS

ALOISIO, Ruedell *et al.* **O corpo e a mulher na história da filosofia: uma leitura a partir de merleau-ponty centrada na atual discussão sobre a corporeidade.** Salão do conhecimento, 2013. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaokonhecimento/article/view/13018>. Acesso em: 5 mai. 2025.

ANDRIOLI, Liria Ângela *et al.* **A influência da religião na construção da identidade feminina e no movimento feminino.** Anais do congresso internacional das faculdades EST, 2012. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/23>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BERTERO, Carlos Osmar. **A permanência da religião.** FGV sistema de biblioteca, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/gvexecutivo/article/view/34741/33543>. Acesso em: 02 mai. 2025.

BÍBLIA. **Provérbios 14:1.** Almeida Corrigida Fiel, 2011. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/pv/14>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BÍBLIA. **Provérbios 31:30-31.** Almeida Corrigida Fiel, 2011. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/pv/31>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CARVALHO, Caê Garcia. **O espaço através da religião: percepções e representações espaciais entre candomblecistas e evangélicos**. Geografia, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/16749>. Acesso em: 10 jun. 2025.

DUARTE, Sandra de Souza. **Entrecruzamento gênero e religião: um desafio para os estudos feministas**. Revista mandrágora, 2001. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/mandragora/article/view/1450/1263>. Acesso em: 04 mai. 2025.

MOTA, Antonio Raimundo Sousa *et al.* **Mídia, valores religiosos e concepções de Deus entre os estudantes da universidade católica de Pernambuco, Brasil**. Theologia xaveriana, 2009. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/teoxaveriana/article/view/9407>. Acesso em: 05 mai. 2025.

ROSADO-NUNES, Maria José. **Feminismo, gênero e religião – os desafios de um encontro possível**. Researchgate, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319646247_Feminismo_Genero_e_Religiao_-_Os_desafios_de_um_encontro_possivel. Acesso em: 27 abr. 2025.

ROSADO-NUNES, Maria José. **Gênero e religião**. Scielo Brasil, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/nRcbPDMxNSx4v3nYSfvFxFd/>. Acesso em: 04 mai. 2025.

ROUSSEAU, J.J. **Emílio ou Da Educação**. Trad. Roberto Leal Ferreira. Martins Fontes. 2ª Ed. São Paulo. Martins Fontes. 1999.

SAAR, Gilda Aparecida Marcelino *et al.* **Fragmentos teóricos decorrentes do pensamento de Durkheim e Weber sobre religião**. Revista foco interdisciplinary studies, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5156>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SIRELLI, Paula Martins *et al.* **Religião e a propagação da ideia de submissão da mulher**. Revista serviço social em perspectiva, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/972>. Acesso em: 19 mai. 2025.

SOUZA, Sandra Duarte de. **Entrecruzamento gênero e religião: um desafio para os estudos feministas**. Revista mandrágora, 2001. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/mandragora/article/view/1450>. Acesso em: 4 mai. 2025.

WOODHEAD, Linda. **As diferenças de gênero na prática e no significado da religião**. Estudos da sociologia, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/5974>. Acesso em: 30 jan. 2025.